

A INEXISTENTE RELAÇÃO ENTRE A PROIBIÇÃO DA VENDA DE ARMAS DE FOGO E A DIMINUIÇÃO DA CRIMINALIDADE.

Não é a primeira vez que, durante o governo do Presidente Lula, tenta-se tolher direitos assegurados aos cidadãos. A intenção de proibir-se a venda de armas de fogo no Brasil revela, mais uma vez, o totalitarismo estatal. Esta concepção desarrazoada arriscou-se – desastradamente – até a limitar a liberdade de imprensa e de informação inerentes às bases da democracia.

O direito do cidadão de auto defender-se é constitucionalmente protegido. Assim, tem o cidadão o direito de proteger sua vida, família, patrimônio, usando para isso os meios necessários à sua defesa.

Atualmente, a aquisição e o uso de armas de fogo são efetivamente controlados em todo território nacional. A legislação vigente é capaz de afastar a compra desenfreada de armas de fogo, bem como, de limitar àqueles que queiram possuí-las, à necessária comprovação de aptidão técnica, psicológica e à ausência de antecedentes criminais.

Não existe relação alguma – como quer fazer parecer o Planalto – entre a proibição à venda de armas e a diminuição da criminalidade. Muito pelo contrário, ao se gastar R\$ 270 milhões de reais para a realização do referendo marcado para 23 de outubro de 2005, estar-se-á deixando de investi-los em educação, saúde, moradias populares, o que, eficazmente, contribuiria para a diminuição da criminalidade.

O bandido não compra arma de fogo em loja, uma vez que, é muito mais fácil contrabandeá-las através de nossas fronteiras materialmente abandonadas.

Portanto, não há que se falar que a proibição à venda de armas de fogo guarda relação com a diminuição da criminalidade: é notório que a maioria dos homicídios e demais ilícitos são praticados com armas de fogo ilegais e contrabandeadas.

O que se observa mais uma vez no Brasil é a fixação de regras com base exclusivamente nas exceções. Não podemos ficar inerte a mais um atentado contra os direitos e garantias fundamentais esculpidos na Constituição da República, pois, caso seja concretizado a proibição da venda de armas de fogo, não mais saberemos quais direitos serão tolhidos amanhã.